

15. ALTERAÇÃO AO CRMB – ALTERAÇÃO DA TABELA DE TAXAS – VISTORIA (ALOJAMENTO LOCAL):

Da **DMG** submetendo à consideração do Executivo Municipal, com vista a aprovação da Assembleia Municipal a **alteração Regulamentar, da tabela de taxas – vistoria (alojamento local)**, nos termos da alínea k) do nº. 1 do artigo 33º. do anexo I da Lei nº. 75/2013, e para os efeitos constantes da alínea g) do nº. 1, do artigo 25.º do mesmo diploma legal, alteração da tabela de taxas que se anexa.



BRAGA

Direção Municipal de Gestão
Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

Despacho da Chefe da Divisão dos Serviços Jurídicos e Contencioso

Despacho do Sr. Diretor Municipal de Gestão

Despacho do Sr. Vereador, com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 13 de novembro de 2019

Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal

ASSUNTO: Alteração ao CRMB – Alteração da Tabela de Taxas – Vistoria (alojamento local)

2020/01/09

I/704

Tendo terminado o período de publicitação do início do procedimento e participação procedimental nos termos do estatuído no art.º 98.º do CPA do projeto de regulamento acima indicado, não foram efetuados quaisquer contributos, nem houve constituição de interessados.

Passou-se à fase de «consulta pública», não tendo também havido qualquer contributo.

Estamos assim em condições de remeter ao Sr. Presidente, para efeitos de aprovação do EM e AM, da proposta final de introdução na tabela de taxas da taxa em causa.



BRAGA
Município

Direção Municipal de Gestão
Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

PROPOSTA FINAL DE ALTERAÇÃO AO CRMB

Uma vez que se visa a inserção de uma nova taxa no artigo 46.º da tabela de taxas, o artigo passaria a ter a seguinte redação¹:

	Tipo de processo	Taxa 2019	Taxa 2020	Taxa 2021	IVA
Artº 46 Outras vistorias					
1-No que concerne a outras vistorias a efetuar, serão aplicadas as seguintes taxas:					
1.1-Para constituição de propriedade horizontal	DADT24	102,25	103,25		d)
1.2-Para alteração de utilização de edifícios ou suas frações	DADT24	102,25	103,25		d)
1.3-Para demolição de edifícios ou de outras construções	DADT24	102,25	103,25		d)
1.4-Para receção provisória ou definitiva de obras de urbanização	DADT24	146,00	147,45		d)
1.5-Para vistorias nos termos do Artº 89º do RJUE	DADT24	146,00	147,45		d)
1.6 -Para vistorias nos termos do Art. 8.º do regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local	DADT24			132,55	d)
1.7-Pela realização de outras vistorias	DADT24	102,25	103,25		d)

Fundamentação:

Outras vistorias	Tipo de processo	Custos Diretos	Indiretos	Administrativos	Pareceres externos	Custo Total	Benefício	Desincetivo	Custo Total Suportado	Taxa 2018	Taxa 2019	Regime de IVA
1.6 -Para vistorias nos termos do Art. 8.º do regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local	DADT24	68,53€	8,06€	12,37€		88,96€		0,49			132,55	d)

¹ Sem prejuízo, deve posteriormente dar-se conhecimento à Divisão Financeira, para alteração dos parâmetros de faturação.



BRAGA

Direção Municipal de Gestão
Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

Pelo que, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º do mesmo diploma legal, **a presente alteração Regulamentar deverá ser remetida ao Executivo Municipal, para que seja proposto à aprovação da Assembleia Municipal de Braga**, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal.

EM TEMPO:

O presente processo foi iniciado em julho de 2019, prevendo-se, à data, que a sua conclusão fosse possível ainda antes do término desse ano. A obediência aos ditames legais, nomeadamente o cumprimento dos prazos administrativos previstos para este tipo de alteração, ditou que assim não fosse possível.

Considerando que apenas neste momento se propõe a aprovação da alteração à tabela de taxas, que ainda terá de passar pelo crivo da Assembleia Municipal, e considerando ainda o princípio da não retroatividade em matéria tributária, propõe-se que a nova taxa apenas venha a ser inserida na tabela de taxas e venha a produzir efeitos no ano de 2021.

À consideração superior,